

Café e a política cambial

Voltou o sr. Plínio Cavalcanti de Albuquerque em reunião semanal da S. R. B. realizada a 23 de Novembro último a tratar da situação do café em face da política cambial vigente, reportando-se, inicialmente, à sua comunicação anterior sobre a delicada situação do mercado cafeeiro, notadamente da praça de Santos, criada pela fraude cambial.

A propósito do assunto, declarou o orador haver recebido carta do sr. Alceu Martins Parreira, antigo presidente da Associação Comercial de Santos e estudioso dos problemas cafeeiros, que o felicitou por haver focalizado justamente os pontos necessários do problema. O sr. Parreira lhe enviou ainda recorte de uma entrevista que concedeu à imprensa, externando sua opinião sobre o mesmo assunto, cujos conceitos conferem, praticamente, com aqueles por si expendidos na oportunidade anterior. Nessa entrevista são analisadas as causas perturbadoras do mercado de Santos, que vive sob um regime de desigual e desfavorável fiscalização em relação aos demais portos de embarque. O sistema, que se oficializou, do câmbio negro nas exportações do café, é o principal fator de desajustamento no comércio exportador daquela importante praça. A providência do saque único é geralmente considerada como capaz de eliminar esse grande elemento de inquietação e perturbação no nosso comércio cafeeiro, que consiste na situação de aguda concorrência entre os portos de exportação.

E prosseguindo, declarou o sr. Cavalcanti de Albuquerque:

"Nunca alimentamos tal optimismo em relação a essa medida, cuja eficácia se condiciona sobretudo, como muito bem enunciei o sr. Alceu Parreira, a uma situação de estabilidade dos preços em dólar e cuja aplicação, sem ser cercada de muito cautela, pode exercer, como já tivemos oportunidade de dizer, repercussões desfavoráveis nos níveis de cotação e no volume das vendas externas do nosso café.

A causa fundamental, todavia, da atual situação do mercado cafeeiro, oscilante e destituido de confiança, é a ausência no nosso país de uma segura política cafeeira e cambial. Não há continuidade ou unidade de ação nos negócios de café. Falta-nos sistema.

O ministro Whitaker, por exemplo, eliminou em sua curta gestão a política de sustentação de preços que se destinava a criar a resis-

ta econômica do produtor. Vê o sr. Parreira, e esse é também o nosso pensamento, na suspensão da garantia do preço mínimo, no cancelamento da garantia cambial da Instrução 114 e numa política restritiva de financiamento, fatos que caracterizaram a administração do ministro paulista, a origem da atual conjuntura de incertezas e instabilidade no mercado cafeeiro.

Costuma-se fundamentar esse comportamento em razões de oportunidade, isto é, que a abolição de todas essas medidas de amparo dos preços destinava-se a criar condições favoráveis à reforma do esquema cambial. Facilmente não se apreende a relação de antagonismo entre uma reclamação, destinada a abolir o chamado "confisco cambial", e um sistema de defesa de preço. Ao contrário, o receio de que maior soma de cruzeiros proporcionada ao exportador viesse provocar uma baixa do valor ouro do café, e que seria investida de puro caráter especulativo, aconselha, não a eliminação, mas o reforço de uma política de defesa do produto.

A orientação do sr. José Maria Whitaker em relação ao café é explicada por sua profunda vocação liberal, em assuntos econômicos, e pela resistência que sempre opoz à aplicação de recursos monetários, de caráter emisionista, para financiamento de uma política cafeeira. Combate sempre o intervencionismo do Estado. O Ministro da Fazenda de 1955 é a repetição do Ministro da Fazenda do governo provisório, instalado no país depois da Revolução de 30, preocupado sempre em suprimir o controle sobre o mercado cafeeiro. Quando assumiu a pasta no governo Getúlio Vargas seu principal objetivo era manter, como afirmou, o mercado livre de café, "restituir ao país a liberdade econômica, comprando primeiramente o estoque de café, então retido, e suprimindo em seguida, gradativamente, as medidas perturbadoras ou compressivas que desorganizavam, no mundo inteiro, o comércio do principal artigo de nossa produção". Quando se decidiu pela compra dessas reservas de café, esclareceu o sr. José Maria Whitaker: "Ficou, então, esclarecido, em termos formais, que, adotando as medidas sugeridas, não pretendia o Governo, nem melhorar, nem mesmo manter os preços do café. Seu objetivo principal era restituir aos lavradores a livre disposição de suas safras, e acabar com as intervenções no mercado do café".

Resta saber se devemos ou não voltar à política de defesa de preços. O atual Ministro da Fazenda, considerando o curto prazo de sua administração, manifestou o propósito de manter a orientação de seu antecessor. Os resultados dessa atitude não nos tem sido favoráveis.

O café é um produto de mercado muito sensível às atividades da especulação, pois se caracteriza por uma estrutura monopsonista e por forte concentração do comércio importador, em mãos de poderosas e poucas firmas. A dependência do desenvolvimento econômico do país à procura internacional desse produto é muito estreita para aconselhar uma atitude não intervencionista. Torna-se necessário o funcionamento de um mecanismo de controles destinado à defesa de um nível justo de preços, para que a produção se expanda em bases compensadoras. Devemos distinguir uma política de valorização artificial, como aquela tentada na administração Oswaldo Aranha, o que provocou violenta reação do consumidor americano, de uma política de defesa do café. É a distinção que se deve fazer entre um sistema de defesa e a especulação alista. A volta à política do preço mínimo é uma imperiosa necessidade bem como a execução de uma política de financiamento amplo.

Na Colômbia, cuja economia não mais desenvolvida que a nossa e onde o combate à inflação constitui efetivamente um programa de governo, mantem-se hoje uma política de amparo à cafeicultura que em seus principais fundamentos pode ser aplicada no Brasil. Ainda recentemente, o Ministro da Fazenda daquela Nação explicando, pela Rádio Nacional de Bogotá, a política econômica de seu governo afirmava que garantindo um preço mínimo para o café "defendia-se não só um grupo de produtores como toda a economia nacional". E acrescentava: "Afortunadamente o país compreendeu suficientemente o largo alcance dessa medida. Os cafeicultores sentem que o Governo protege efetivamente seus interesses e sabem que podem colher suas safras, porque encontrarão um comprador que lhes assegure um preço mínimo, para que possam continuar trabalhando e obter os recursos a que têm direito".

No nosso país, o preço mínimo foi suprimido sob o fundamento de constituir medida inflacionária e sério obstáculo à exportação", concluiu o sr. Cavalcanti de Albuquerque.